



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES

ANEXO V

MINUTA DO TERMO DE CONTRATO
CHAMADA PÚBLICA PNAE Nº. 001/2026

O MUNICÍPIO DE CACHOEIRINHA, pessoa jurídica de Direito Público Interno, com sede nesta cidade, na Avenida Flores da Cunha, nº. 2209, CEP. 94010-020, inscrita no CNPJ sob o nº. 87.990.800/0001-85, representado pelo Prefeita Interina, Sra. **Jussara Maria da Silva**, doravante designado de CONTRATANTE, e, de outro lado a empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº. _____, com sede na _____, nº. __, bairro _____, CEP _____, no Município de _____, com seu representante legal abaixo indicado, denominada de CONTRATADA, fundamentados nas disposições da Lei Federal nº 11.947/2009, na Constituição Federal de 1988, na Lei nº 14.133/2021, na Resolução CD/FNDE nº 06/2020, e tendo em vista o que consta CHAMADA PÚBLICA PNAE Nº. 001/2026, resolvem celebrar o presente termo mediante as cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O presente instrumento tem por objeto a **CONTRATAÇÃO para aquisição de gêneros alimentícios perecíveis e não perecíveis, oriundos da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, para serem consumidos nas escolas municipais de ensino fundamental, escolas de educação infantil e creches comunitárias**, dentro do limite financeiro fixado, de acordo com as necessidades assistenciais do gestor e nos termos deste Edital e seus anexos.

1.2 Os produtos serão comprados de acordo com as necessidades do Município de Cachoeirinha/RS, conforme demanda. Os quantitativos máximos estimados e valores que serão pagos estão na tabela abaixo:

PERECÍVEIS					
ITEM	CÓD. IPM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT.	VALOR UNITÁRIO
1	5633	CARNE BOVINA MOÍDA DE 1ª CONGELADA. PACOTE DE 1 KG Características técnicas: com até 4% de gordura. Carne de cor ver-melho cereja, firme, e com odor agradável, sem cartilagens e ner-vos. Embalagem: à vácuo, deve estar íntegra e bem lacrada. Acon-dicionada em sacos de polipropileno reforçado, contendo 1kg (embalados de forma que depois de congelados não grudem nos demais e com a especificação do peso em cada pacote) devidamente identificadas, com procedência e prazo de validade de, no mínimo, 170 dias a partir da data da entrega. Validade visível impressa na embalagem. A rotulagem deve conter, no mínimo, as seguintes informações: peso, data de processamento, data de validade, carimbo de inspeção federal, procedência da carne, no-me e/ou marca, lote e informações nutricionais.	KG	2.500	R\$ 50,27



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES

		Marcas pré-aprovadas: Ouro do Sul, Nossa Terra.			
2	10544	CUBOS DE PERNIL SUÍNO CONGELADO. PACOTE DE ATÉ 1 KG. Características técnicas: cortado em cubos 3x3cm, sem nervos. Embalagem: à vácuo, deve estar intacta, bem lacrada. Acondicionada em sacos de polipropileno reforçado, embalagem de 1kg (embalados de forma que não grudem nos demais, depois de congelados e com a especificação do peso em cada pacote) devidamente identificadas, com procedência e prazo de validade de, no mínimo, 170 dias a partir da data de entrega. Validade visível impressa na embalagem. A rotulagem deve conter, no mínimo, as seguintes informações: peso, data de processamento, data de validade, carimbo de inspeção federal, procedência da carne, nome e/ou marca, lote e informações nutricionais. Deverá ser transportado em carro refrigerado, conforme legislação vigente na Secretaria da Saúde. Produto com registro no Serviço de Inspeção Federal (SIF), expedido pelo Ministério da Agricultura ou no Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal (DIPOA), subordinado à Secretaria de Defesa Agropecuária (SDA). Apresentar Certificado de Inspeção Sanitária e Alvará de Licença Sanitária do veículo (cópias autenticadas). Marcas pré-aprovadas: Ouro do Sul, Nossa Terra.	KG	3.000	R\$ 33,32
3	8922	PEITO DE FRANGO SEM OSSO CONGELADO TIPO SASSAMI. PACOTE DE 1KG. Características técnicas: Corte tipo filezinho (tiras) congelado. A ave deve estar firme e sem manchas, pele lisa e coloração clara, pele aderente e odor característico. Não deve apresentar sujidades, penas e ossos. Não poderá conter excesso de gelo. Embalagem: deve estar intacta. Acondicionada em sacos de polietileno ou bandejas de isopor revestidas por polietileno, contendo 1kg, devidamente identificadas, com procedência e prazo de validade de no mínimo 170 dias a partir da data de entrega. Validade visível impressa na embalagem. A rotulagem deve conter no mínimo as seguintes informações: peso, data de processamento, data de validade, carimbo de inspeção federal, procedência da carne, nome e/ou marca, lote e informações nutricionais. Marcas pré-aprovadas: Dália	KG	2.000	R\$ 24,95
NÃO PERECÍVEIS					
ITEM	CÓD. IPM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT.	VALOR UNITÁRIO



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES**

4	136590	LEITE EM PÓ INTEGRAL. Ingredientes: leite integral. Características técnicas: produto obtido a partir de leite de vaca in natura integral desidratado e apto para alimentação humana mediante processos tecnologicamente adequados, que obedeçam a legislação em vigor e normas técnicas do serviço de inspeção do ministério da agricultura. Embalagem: de 1 kg, saco de polietileno atóxico, leitoso, resistente e termossoldado. Prazo de validade de, no mínimo 08 meses a partir da data de entrega e validade impressa na embalagem. A rotulagem deve conter, no mínimo, as seguintes informações: nome e/ou marca, ingredientes, data de validade, lote e informações nutricionais, registro no órgão competente e/ou declaração de isenção de registro e carimbo do SIF.	KG	7.000	R\$ 42,48
5	146429	SUCO INTEGRAL DE MAÇÃ. Sabor maçã. Sem adição de água, açúcar, sem adoçantes, sem corantes artificiais, 100% fruta maçã. Pasteurizado, não fermentado, não alcoólico, não contém glúten. Embalagens de 200ml. Validade de, no mínimo, 8 meses a partir da data de entrega e validade impressa na embalagem. A rotulagem deve conter, no mínimo, as seguintes informações: nome e/ou marca, ingredientes, data de validade, lote e informações nutricionais. Produto com registro no ministério da agricultura.	UN	15.000	R\$ 2,91

1.3 Os quantitativos constantes na tabela são uma estimativa anual de consumo para todos os contratados, não havendo garantia de aquisição individual mínima.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA ENTREGA

2.1 Os gêneros perecíveis e não perecíveis deverão ser entregues pelos fornecedores diretamente nas 44 (quarenta e quatro) escolas atendidas pelo setor de alimentação escolar do município, nas segundas-feiras e/ou terças-feiras, conforme cronograma semanal enviado pelo setor aos fornecedores com as quantidades a serem entregues em cada local, respeitando o horário de funcionamento das mesmas. Os entregadores deverão aguardar a conferência da quantidade, qualidade e/ou peso dos gêneros, que deverão estar de acordo com o cronograma de entrega e estes assinados e carimbados pelas escolas, não podendo conter rasuras pelo fornecedor ou entregador. A nota fiscal e o cronograma assinado deverá ser entregue no Departamento de Nutrição e Alimentação Escolar no prazo máximo de sete dias corridos. Caso haja alguma divergência nas entregas, a mesma deverá ser registrada no relatório de ocorrências, a ser entregue juntamente com os cronogramas no Departamento de Nutrição e Alimentação Escolar. Os produtos entregues deverão atender rigorosamente as especificações requisitadas, caso contrário serão rejeitados, sendo aqueles rejeitados deverão



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES**

ser repostos em, no máximo, 24 horas. Os locais de entrega estão relacionados no Termo de Referência anexo ao edital;

CLÁUSULA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1 Servirão de cobertura para as despesas do presente Contrato de prestação de serviços, as seguintes dotações orçamentárias:

Código Reduzido: 380

Órgão: 8 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Unidade: 1 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Ação: 2037 – Programa de alimentação escolar

Vínculo: 15521007– Transferências de Recursos do FNDE referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)

Subelemento: 3339030073000000000000 – Gêneros de alimentação

CLÁUSULA QUARTA – DO PAGAMENTO

4.1 O pagamento será efetuado até 30 (trinta) dias da apresentação da fatura com discriminação dos produtos fornecidos, enviada à Secretaria Municipal de Educação, após liquidação da Secretaria Municipal da Fazenda. Caso o vencimento do prazo de pagamento da fatura ocorra em feriado, final de semana ou em dia sem expediente na Prefeitura Municipal de Cachoeirinha, fica automaticamente transferido para o primeiro dia útil subsequente ao vencimento;

4.2 O pagamento ocorrerá após entrega dos alimentos, que deverão acontecer mediante supervisão do fiscal do presente contrato para atestar sua quantidade e qualidade destacando possíveis imperfeições que implicam sua substituição e somente acontecerá após apresentação de Nota Fiscal;

4.3 O faturamento mensal deverá ser remetido para a Secretaria Municipal de Educação.

4.4 Ocorrendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, a mesma será devolvida à CONTRATADA para retificação, ficando estabelecido que o pagamento será efetuado após a apresentação da nova Nota Fiscal /Fatura devidamente retificada, iniciando-se nova contagem de tempo:

4.5 Não será efetuado qualquer pagamento à CONTRATADA enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

4.6 Do valor devido, o Município fará as devidas retenções de impostos, contribuições e garantias legais.

4.7 Quando ocorrer atraso de pagamento pela Contratante (Administração), a Contratada fará jus a multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da nota fiscal a ser paga, acrescidos de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês e correção monetária pelo IPCA (IBGE).



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES**

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1 A Contratada deve atender as condições descritas no Termo de Referência.

5.2 Os produtos devem ser entregues dentro dos prazos estipulados, acompanhados da nota fiscal correspondente.

5.3 Responsabilizar-se, pelo envio/transporte dos itens, até o local designado pela secretaria, sob orientação do Setor responsável.

5.4 Responsabilizar-se, pela saúde dos funcionários, encargos trabalhistas, previdenciários, comerciais, fiscais, quer municipais, estaduais ou federais, bem como pelo seguro para garantia de pessoas e equipamentos sob sua responsabilidade, devendo apresentar, de imediato, quando solicitados, todos e quaisquer comprovantes de pagamento e quitação;

5.5 Responder integralmente pelas obrigações contratuais, nos termos do art. 70 do Código de Processo Civil, no caso de, em qualquer hipótese, empregados da CONTRATADA intentarem reclamações trabalhistas contra a CONTRATANTE.

5.6 Cumprir com as determinações estabelecidas pelo Ministério do Trabalho, relativas à segurança e medicina do trabalho;

5.7 Obrigar-se pela seleção, treinamento, habilitação, contratação, registro profissional de pessoal necessário, bem como pelo cumprimento das formalidades exigidas pelas Leis Trabalhistas, Sociais e Previdenciárias;

5.8 Responsabilizar-se por qualquer acidente do qual possam ser vítimas seus empregados e terceiros, no desempenho dos serviços objeto do presente Contrato;

5.9 Manter, na direção dos serviços, representante ou preposto capacitado e idôneo que a represente, integralmente, em todos os seus atos;

5.10 A Contratada deverá arcar com todos os custos com o transporte bem como demais custos para a entrega dos produtos;

5.11 A Contratada que porventura ou por motivo de força maior, não venha entregar os produtos no dia e local estipulado deverá comunicar com antecedência ao departamento solicitante.

5.12 Os gêneros perecíveis e não perecíveis deverão ser entregues pelos fornecedores diretamente nas 44 (quarenta e quatro) escolas atendidas pelo setor de alimentação escolar do município, nas segundas-feiras e/ou terças-feiras, conforme cronograma semanal enviado pelo setor aos fornecedores com as quantidades a serem entregues em cada local, respeitando o horário de funcionamento das mesmas. Os entregadores deverão



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES**

aguardar a conferência da quantidade, qualidade e/ou peso dos gêneros, que deverão estar de acordo com o cronograma de entrega e estes assinados e carimbados pelas escolas, não podendo conter rasuras pelo fornecedor ou entregador. A nota fiscal e o cronograma assinado deverá ser entregue no Departamento de Nutrição e Alimentação Escolar até a quarta-feira da mesma semana da entrega dos produtos. Caso haja alguma divergência nas entregas, a mesma deverá ser registrada no relatório de ocorrências, a ser entregue juntamente com os cronogramas no Departamento de Nutrição e Alimentação Escolar. Os produtos entregues deverão atender rigorosamente as especificações requisitadas, caso contrário serão rejeitados, sendo aqueles rejeitados deverão ser repostos em, no máximo, 24 horas. Os locais de entrega estão relacionados no Termo de Referência anexo ao edital;

5.13 A contratada deve cumprir todas as obrigações constantes do Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo com exclusividade seus riscos e as despesas decorrentes da boa prática e perfeita execução do objeto e, ainda efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes do Edital e seus anexos, além de se responsabilizar pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o artigo 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 5.078, de 1990);

5.14 Comunicar à Contratante, no prazo mínimo de 24 (vinte e quatro) horas que antecedem a data de entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

5.15 Manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.16 A qualidade dos produtos ou serviços deverá ser rigorosamente àquele descrito no Termo de Referência e Nota de empenho, não sendo aceito em nenhuma hipótese, outro diverso daquele;

5.17 As empresas deverão atender com agilidade e presteza, contando com profissionais capacitados para a prestação do serviço;

5.18 Em todas as etapas, desde o primeiro contato até a entrega dos produtos, os profissionais que trabalham nas empresas prestadoras de serviço devem ser acessíveis e apontar caso seja necessário, adequações que contribuam para a obtenção de um produto que tenha qualidade;

5.19 Todas as comunicações a serem realizadas entre as partes deverão feitas por correio eletrônico (e-mail) alimentacao.smed@cachoeirinha.rs.gov.br com cópia para compras.smed@cachoeirinha.rs.gov.br, telefone ou ofício;

5.20 As empresas contratadas deverão oferecer todos os alimentos de primeira qualidade;

5.21 A entrega dos alimentos deverá ser executada de acordo com a necessidade desta Secretaria, onde cada pedido deverá atender ao cronograma determinado para garantir o melhor planejamento da CONTRATADA, ressaltando que os pagamentos deverão ser efetuados mediante entrega e conferência do serviço realizado.

5.22 É de responsabilidade da CONTRATADA o perfeito acondicionamento dos alimentos e entrega dentro dos prazos estipulados pela CONTRATANTE;



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES**

5.23 Responder integralmente pelas obrigações contratuais, nos termos do art. 70 do Código de Processo Civil, no caso de, em qualquer hipótese, os empregados da CONTRATADA intentarem reclamações trabalhistas contra a Contratante;

5.24 Obrigar-se pela seleção, treinamento, habilitação, contratação, registro profissional de pessoal necessário, bem como pelo cumprimento das formalidades exigidas pelas Leis Trabalhistas, Sociais e Previdenciárias;

5.25 Em se tratando de pagamentos salariais, a CONTRATADA compromete-se a efetuar os pagamentos de seus empregados nunca em valor inferior ao salário-mínimo federal, a fim de atender determinação das Leis Trabalhistas;

5.26 É vedada a CONTRATADA contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até terceiro grau, de dirigente do órgão ou entidade contratante ou de agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato;

CLÁUSULA SEXTA – DA ATUALIZAÇÃO/REVISÃO DOS PREÇOS

6.1. O CONTRATADO, em função da dinâmica do mercado, poderá pleitear a atualização dos preços vigentes, através de solicitação formal à Administração, via correio eletrônico, desde que acompanhados de documentos que comprovem a procedência do pedido, apresentando minimamente os seguintes requisitos:

6.1.1. Contrato social, procuração ou documento equivalente, que habilite o signatário para a realização da solicitação;

6.1.2. Planilha de custos, contendo data e número da(s) Nota(s) fiscal(is), bem como o respectivo valor do(s) produto(s) em questão, demonstrando a efetiva alta de preços e suas respectivas variações percentuais, até a formação do novo valor proposto;

6.1.3. Pesquisa de preços do produto/serviço em questão, com outros fornecedores, distintos dos seus atuais;

6.1.4. Lista de preços dos produtores, notas fiscais de aquisição dos produtos, matérias primas e/ou insumos e demais documentos e justificativas que julgar pertinentes.

6.2. Até a decisão final acerca do pedido, que deverá ser prolatada em até 30 (trinta) dias, a contar da entrega completa da documentação comprobatória, não poderá haver interrupção do fornecimento pelo preço registrado em vigor, sob pena das aplicações das sanções previstas neste Edital.

6.3. A atualização de valores não poderá ultrapassar o preço praticado no mercado.

6.4. Independentemente da solicitação de que trata, o(a) Gestor(a) do contrato poderá, na vigência deste, solicitar a redução dos preços contratados, garantida a prévia defesa do beneficiário do registro, e de conformidade com os parâmetros de pesquisa de mercado realizada ou quando alterações conjunturais provocarem a redução dos preços praticados no mercado nacional e/ou internacional.

6.5. A Administração, reconhecendo o desequilíbrio econômico-financeiro e verificadas as hipóteses dos itens anteriores procederá à revisão dos valores pactuados, sendo que o novo preço fixado será válido a partir do



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES**

lançamento das informações no sistema informatizado do Município, conforme deliberado em Ata pelos(as) Fiscal(is), Gestor(a) e Secretário(a) Municipal da Secretaria Municipal de Educação, que será enviada à Superintendência de Compras e Licitações em caso de alterações de preços para registrar no sistema.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1 Além das obrigações resultantes da observância da Lei nº 14.133/21, e legislação correlata, são obrigações da CONTRATANTE:

7.1.1 Exercer a fiscalização dos serviços por servidores especialmente designados e documentar as ocorrências havidas, na forma prevista na Lei nº 14.133/21.

7.1.2 Proporcionar à CONTRATADA as facilidades necessárias a fim de que possa desempenhar normalmente os serviços.

7.1.3 Prestar aos funcionários da CONTRATADA todas as informações e esclarecimentos necessários à execução dos serviços objeto da CONTRATAÇÃO.

7.1.4 Fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas pela CONTRATADA, inclusive quanto à continuidade da prestação dos serviços, que, ressalvados os casos de força maior, justificados e aceitos pela CONTRATANTE, não deve ser interrompida.

7.1.5 Efetuar o pagamento do preço previsto em até 30 dias após o recebimento da Nota Fiscal.

7.1.6 Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução da CONTRATAÇÃO, e, em especial, na aplicação à CONTRATADA de sanções e alterações do Contrato, quando se fizerem necessárias.

7.1.7 Aplicar as sanções administrativas, quando se fizerem necessárias.

CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO

8.1 O CONTRATANTE poderá rescindir o contrato quando houver:

I - Pedido formalizado pelo CONTRATADO;

II - Perda das condições de habilitação do CONTRATADO;

III - Descumprimento injustificado do contrato pelo contratado; e

IV - Sanção de impedimento de licitar e contratar ou de declaração de inidoneidade superveniente a CONTRATAÇÃO.

8.1.1. O pedido de rescisão de que trata o inciso I não desincumbirá o CONTRATADO do cumprimento de eventuais contratos assumidos e das responsabilidades deles recorrentes.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES

8.1.2 Nas hipóteses previstas nos incisos II e III, além da rescisão, deverá ser aberto processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, para possível aplicação de penalidade, na forma estabelecida na legislação.

8.1.3. Se houver a efetiva prestação de serviços ou o fornecimento dos bens, os pagamentos serão realizados normalmente, até decisão no sentido de rescisão contratual, caso o fornecedor não regularize a sua situação.

CLÁUSULA NONA – DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

9.1. O CONTRATADO cometerá infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, e do Decreto Municipal nº 7589, de 2022, se realizar as seguintes condutas:

- a) der causa à inexecução parcial do serviço;
- b) der causa à inexecução parcial do serviço que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do serviço;
- d) ensejar o retardamento da execução do objeto da CONTRATAÇÃO sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do serviço;
- f) praticar ato fraudulento na execução do serviço;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

9.2. Serão aplicadas ao CONTRATADO se incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

I) ADVERTÊNCIA, como instrumento de diálogo e correção de conduta, nas seguintes hipóteses, quando não se justificar a aplicação de penalidade mais grave:

- I.1** – descumprimento, de pequena relevância, de obrigação legal ou contratual;
- I.2** – inexecução parcial de obrigação contratual de pequena relevância, a critério da Administração.

II) A sanção de IMPEDIMENTO DE LICITAR e CONTRATAR, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, será aplicada ao CONTRATADO, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, se:

- II.1** – der causa à inexecução parcial do serviço que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo, pelo período de um a dois anos.
- II.2** – dar causa à inexecução total do serviço, pelo prazo máximo de três anos.
- II.3** – deixar de entregar a documentação exigida para o certame, pelo prazo máximo de seis

meses.

II.4 – não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, pelo prazo máximo de um ano.

II.5 – não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, pelo prazo máximo de um ano.

II.6 – ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da CONTRATAÇÃO sem motivo justificado, pelo prazo máximo de um ano.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES**

III) A sanção de **DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE** para licitar ou contratar, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, será aplicada ao CONTRATADO se:

III.1 – apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

III.2 – fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

III.3 – comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

III.4 – praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

III.5 – praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

IV) A multa será aplicada observando-se os seguintes parâmetros:

IV.1 – Moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

IV.2 – Compensatória, de 0,5% (cinco décimos por cento) a 1% (um por cento) do valor contratado, se O CONTRATADO:

a) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

b) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

IV.3 – Compensatória, de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) do valor estimado para a contratação, quando O CONTRATADO não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

IV.4 – Compensatória, de 6% (seis por cento) a 10% (dez por cento) sobre o valor contratado, em caso de recusa do adjudicatário em efetuar o reforço de garantia contratual;

IV.5 – Compensatória, de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) sobre o valor da parcela do objeto não executada, em caso de inexecução parcial do contrato;

IV.6 – Compensatória, de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor contratado, em caso de:

a) apresentação de declaração ou documentação falsa exigida para a execução do contrato;

b) fraude à licitação ou prática de ato fraudulento na execução do contrato;

c) comportamento inidôneo ou fraude de qualquer natureza;

d) prática de atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

e) prática de ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei nº 12.846, de 1º/08/2013;

f) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

g) dar causa à inexecução total do objeto do contrato.

9.3. Para os fins da aplicação das sanções previstas neste instrumento, considera-se inexecução total do contrato:

I – Recusa injustificada de cumprimento integral da obrigação contratualmente determinada;



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES**

II – Recusa injustificada do adjudicatário em assinar ata de registro de preços, contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

9.4. Para os fins da aplicação da sanção de advertência considera-se pequena relevância o descumprimento de obrigações ou deveres instrumentais ou formais que não impactam objetivamente na execução do contrato, bem como não causem prejuízos à Administração.

9.5. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao CONTRATANTE.

9.6. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

9.7. Para aplicação de qualquer penalidade contratual, é imprescindível a prévia instauração de processo administrativo sancionatório, assegurando-se o contraditório e ampla defesa, e observadas as disposições do Decreto Municipal nº 7589, de 27/12/2023, em especial a apresentação de defesa prévia escrita no prazo de 15 dias úteis do recebimento da notificação.

9.8. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo CONTRATANTE ao CONTRATADO, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

9.9. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada, preferencialmente por meio eletrônico, pela autoridade competente.

9.10. Na aplicação das sanções serão considerados:

- a)** a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b)** as peculiaridades do caso concreto;
- c)** as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d)** os danos que dela provierem para o CONTRATANTE;
- e)** a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

9.11. A personalidade jurídica do CONTRATADO poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com O CONTRATADO, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.12. O CONTRATANTE deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES

9.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA FISCALIZAÇÃO

10.1 A gestão e a fiscalização do objeto contratado serão realizadas pelos servidores abaixo, conforme o disposto no Decreto Municipal nº 7.685/2023, que regulamenta as funções do agente de contratação, da equipe de apoio e da comissão de contratação, suas atribuições e funcionamento, a fiscalização e a gestão dos contratos, e a atuação da assessoria jurídica e do controle interno no âmbito do Município de Cachoeirinha, nos termos do art. 92, XVIII, da Lei Federal nº 14.133/2021.

10.1.1 Gestão:

10.1.1.1 Nome: Michelli Linhares de Bastos, **Matrícula:** 15319.

10.1.2 Fiscalização:

10.1.2.1 Nome: Jairo Luiz Geraldo Guimarães, **Matrícula:** 13144-01.

10.2 A execução do presente Contrato será avaliada pelo órgão competente, mediante procedimentos de supervisão indireta ou local, os quais observarão o cumprimento das cláusulas e condições estabelecidas neste instrumento.

10.3 A CONTRATADA facilitará à CONTRATANTE o acompanhamento e a fiscalização permanente dos serviços e prestará todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pelos servidores da CONTRATANTE, designados para tal fim.

10.4 Em qualquer hipótese é assegurado ao CONTRATADO amplo direito de defesa, nos termos das normas gerais da Lei Federal de Licitações e Contratos Administrativos e do Decreto Municipal nº 7.589 de 2022.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA

11.1 A CONTRATADA é responsável pela indenização de danos causados ao Município, seus representantes legais e a terceiros, decorrentes de ato ou omissão voluntária, negligência, imperícia ou imprudência, praticados por seus empregados, profissionais ou prepostos, ficando assegurado a CONTRATADA o direito de regresso.

11.2 A fiscalização ou o acompanhamento da execução do Contrato pelos órgãos competentes não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, nos termos da legislação referente a Licitações e Contratos Administrativos.

11.3 A responsabilidade de que trata esta Cláusula estende-se aos casos de danos causados por defeitos relativos ao fornecimento dos produtos, nos termos do art. 14, da Lei Federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES**

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO

12.1 O prazo de vigência do presente Contrato será de 12 (doze) meses, contados da assinatura do Contrato, podendo ser prorrogado por igual período, limitado ao máximo de 60 (sessenta) meses.

12.1.1 A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela Secretária Municipal de Educação e pela Gestora do Termo, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o CONTRATADO.

12.1.2 A prorrogação deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

12.2 A parte que não tiver interesse na prorrogação contratual deverá comunicar a sua intenção, por escrito, à outra parte, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias.

12.3 A inobservância, pelo CONTRATADO, de qualquer uma das Cláusulas do presente Contrato, ensejará a sua rescisão imediata, sem prejuízo das sanções previstas neste instrumento e no Decreto Municipal nº 7.589 de 2022.

12.4 A prorrogação da vigência contratual dependerá de aprovação das dotações orçamentárias próprias para as referidas despesas no orçamento da Secretaria Municipal de Educação.

12.5 A continuação da prestação de serviços nos exercícios financeiros subsequentes ao presente, respeitando prazo de vigência do Contrato, fica condicionada à aprovação das dotações orçamentárias próprias.

12.6 Os valores relativos serão reajustados a cada doze meses, sempre no mês de novembro (data base dos orçamentos de estimativa).

12.7 A CONTRATADA deverá solicitar à Secretaria de Educação o reajuste por escrito com o cálculo do reajuste, utilizando um dos índices de correção monetária IPCA ou INPC (IBGE), conforme Decreto Municipal nº. 5807 de 25 de junho de 2015 e suas alterações posteriores.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1 É parte integrante deste Contrato o Edital de CHAMADA PÚBLICA PNAE 001/2026 e seus Anexos, inclusive o Termo de Referência.

13.2 O presente Contrato poderá ser alterado, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.3 É competente o Foro da Comarca de Cachoeirinha/RS para dirimir qualquer controvérsia que se originar deste Contrato.

13.4 E, por estarem assim, justos e contratados, assinam o presente instrumento em 05 (cinco) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Cachoeirinha, xx de xxxxx de 2026.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES**

Jussara Maria da Silva
Prefeita Interina

CONTRATADA:
Representante:
CPF: